



Número: **0002170-63.2017.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Paudalho**

Última distribuição : **04/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VERALUCIA MARIA DA SILVA (AUTOR)		ROSSANO MARLIO SPINDOLA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
79396846	27/04/2021 18:24	Sentença	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

2ª Vara da Comarca de Paudalho

Pç Pedro Coutinho, 97, Centro, PAUDALHO - PE - CEP: 55825-000 - F:(81) 36365680

Processo nº **0002170-63.2017.8.17.2470**

AUTOR: VERALUCIA MARIA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA

Vistos etc.

Veralucia Maria da Silva ingressou com a presente ação indenizatória contra a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT alegando, em suma, que não recebeu o valor da indenização a que fazia jus.

Parte demandada foi citada e contestou.

Foi designada a realização de perícia e a parte autora devidamente intimada, deixou de comparecer a perícia, id. 70425471.

É O RELATÓRIO DECIDO.

É caso de julgamento do feito no estado em que se encontra, sendo a pretensão do autor improcedente.

Com efeito, a parte autora tem o dever de se comunicar com seu advogado e comparecer em todos os atos processuais. Especialmente naquele cujo ônus de produção de prova lhe cabe com exclusividade.

Este é o caso da perícia em ações como a presente, em que a prova depende da perícia para a qual a parte não compareceu, a despeito de devidamente intimada na pessoa de seu advogado.

Assim sendo, houve a preclusão do direito de produção de referida prova, sendo que o prejuízo deverá ser suportado pela autora, já que a realização do exame, por obviedade, dependia exclusivamente de seu comparecimento, sendo que a sua ausência não pode prejudicar a parte contrária, que também pretendeu a produção de referida prova.

É o que ministra a orientação jurisprudencial:

"COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – Preclusão da prova pericial - Autor ciente da data da perícia – Não comparecimento ao IMESC e não justificada a ausência - Não comprovado o fato constitutivo do direito do Autor – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, condenando o Autor ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios (fixados em 10% do valor da causa – a que foi atribuído o valor de R\$ 13.500,00), observada a gratuidade processual – RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO E MAJORADOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO PATRONO DA REQUERIDA PARA 20% DO VALOR DA CAUSA, OBSERVADA A GRATUIDADE PROCESSUAL" (TJSP; Apelação 1124530-65.2014.8.26.0100; Relator (a): Flavio Abramovici; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 26ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/08/2018; Data de Registro: 09/08/2018)

"Seguro obrigatório (DPVAT) - Cobrança - Perícia regularmente designada - Ausência do autor sem justificativa idônea - Preclusão da prova - Invalidez permanente e respectiva graduação não evidenciadas - Fatos constitutivos do direito do autor não comprovados - Ação que comporta

decreto de improcedência - Apelo provido. (TJSP; Apelação 1043446-08.2015.8.26.0100; Relator (a): Vianna Cotrim; Órgão Julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 22ª Vara Cível; Data do Julgamento: 08/08/2018; Data de Registro: 08/08/2018)

Ante o exposto, na forma do art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos.

Pelo princípio da causalidade, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios ao patrono da requerida que arbitro em 10% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, verba a qual deverá ser acrescida de juros de mora a contar do trânsito (art. 85, §16).

A exigibilidade dos valores devidos pelo autor à título de custas, despesas e honorários, ficam suspensa pelo prazo quinquenal na forma do art. 98, §3º do Código de Processo Civil, em razão da gratuidade a que faz jus, extinguindo-se tal obrigação decorrido o prazo supra sem que haja cobrança na mesma forma do referido dispositivo.

Havendo a interposição de recurso de apelo e posterior recurso adesivo, intime-se a parte contrária para contrarrazões no prazo legal, remetendo-se os autos à superior instância, independentemente de juízo de admissibilidade (art. 1.010, §3º do CPC).

No momento oportuno, certifique-se o trânsito em julgado e, nada mais sendo requerido, archive-se os autos, observadas as cautelas de praxe.

PAUDALHO, 27 de abril de 2021

Iarly José Holanda de Souza
Juiz(a) de Direito